



CONSCIÊNCIA AMBIENTAL DO SURDO UNIVERSITÁRIO

Meire Nunes de Souza Almeida
Thaysa dos Anjos Silva Romanhol

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo a verificação do conhecimento, das dificuldades, e do envolvimento da família quanto à construção da consciência de preservação ambiental do Surdo produzida ao longo de sua vida até o ingresso no ensino superior. Fez-se uma pesquisa com abordagem qualitativa e análise descritiva dos dados, evidenciando as respostas que mais se destacaram com o suporte teórico disponível na literatura. A amostra contou com oito alunos graduandos do curso de Letras: Libras da Universidade Federal de Goiás. Na coleta de dados foi utilizado um questionário com perguntas abertas voltadas para os objetivos da pesquisa. A lei 9.795/99 estabelece a difusão da educação ambiental por intermédio de instituições educativas em todos os níveis e modalidades de ensino, pelos meios de comunicação de massa, de programas e campanhas educativas, e pela participação de organizações não governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas a área. Após a leitura e análise dos dados foi constatado que é necessária uma mudança na língua em que os conhecimentos ambientais estão sendo passados para os Surdos, ou seja, é preciso que o meio de transmissão seja em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, para que assim os Surdos recebam o tema com maior clareza em sua língua natural. A lei 10.436/02 é o maior marco legal do reconhecimento linguístico da LIBRAS, portanto, ampara o uso e difusão dessa língua como meio de comunicação objetiva na sociedade. É esperado que este estudo contemple melhorias para o campo educacional do Surdo, principalmente na questão ambiental.

Palavras-chave: Preservação ambiental, Surdo, LIBRAS



Abstract:

This paper aims to determine the knowledge, difficulties and family involvement in construction of environmental awareness and preservation of the Deaf, produced throughout his life until the entry into higher education. There was a qualitative research and descriptive data analysis, showing the responses that stood out with the available theoretical support in the literature regarding the proposed topic. The sample included eight students graduating from the Bachelor's Libras- Federal University of Goiás. In data collection a questionnaire with open questions facing the research objectives was used. The law 9.795/99 establishes the dissemination of environmental education through educational institutions at all levels and types of teaching by means of mass communication, programs and educational campaigns and by participation of non-governmental organizations in the formulation and implementation of programs and activities related to the area. After reading and analyzing the data, it was observed that a change in the language by which environmental knowledge is being passed for the Deaf is needed, that is, it is necessary that the transmission happens by means of the Brazilian Sign Language - LIBRAS, so that the Deaf receives the subject more clearly in their natural language. The Law 10.436/02 is the largest legal mark of LIBRAS linguistic recognition. Therefore, it sustains the use and dissemination of that language as a mean of objective communication in society. It is expected that this study contemplates improvements to the Deaf's educational field, especially concerning the environmental issues.

Keywords : Environmental preservation, deaf, LIBRAS



Introdução:

A aprendizagem do Surdo em relação aos conteúdos desenvolvidos no ambiente escolar, e a assuntos diversos tratados no meio social, é em geral, conturbada por uma série de fatores. O principal motivo da divergência de informações acontece em especial pela ausência do intérprete da Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS, e por materiais que não contemplam a estrutura dessa língua. Dessa forma, várias temáticas não alcançam ou ainda, chegam de forma insuficiente ao indivíduo Surdo. Poderíamos afirmar que os conhecimentos ambientais estão alcançando os Surdos através da escola, da família, e do contexto social em geral?

Acredito que esse estudo trará importâncias significativas para os docentes e pesquisadores da área, convidará autores e praticantes das políticas inclusivas a fazerem uma reflexão sobre suas práticas, e contribuirá para estudos da educação de Surdos. Será que o ensino da Língua Portuguesa na proposta inclusiva adotada pelo governo está interferindo na passagem dos conhecimentos ambientais aos Surdos? Como isso está acontecendo? Os Surdos têm consciência e exercem práticas para a preservação do planeta? Para responder a esses questionamentos, estruturamos esse artigo o em seis capítulos.



O primeiro capítulo discursa a respeito da educação ambiental, inserindo o meio social e escolar do indivíduo. Para a fundamentação teórica foram utilizadas as ideias de Dias (2003), Carvalho (2006) e Guimarães (2003), autores pioneiros da Educação Ambiental. O segundo capítulo fala um pouco da educação de Surdos, dos obstáculos enfrentados por esses indivíduos frente à Língua Portuguesa. O terceiro e último capítulo de fundamentação é pautado na lei 9.795, de 27 de abril de 1999, o qual garante o direito de todos os estudantes, independente do nível escolar, o direito de receber conhecimentos ecológicos nos ambientes institucionalizados.

O quarto capítulo explica a metodologia utilizada na pesquisa, o qual foi aplicado um questionário investigativo sobre o tema estudado, analisando o grau de aprofundamento sobre conhecimentos ambientais que o sujeito Surdo abstraiu ao longo de sua vida até o ingresso no ensino superior. A amostra contou com a participação de nove Surdos estudantes do curso de Letras:Libras da Universidade Federal de Goiás- UFG. O quinto capítulo expõe os resultados da pesquisa e oferece fundamentação das respostas na literatura referente ao tema. O sexto e último capítulo desse artigo faz as considerações finais frente aos resultados obtidos e sobre o estudo de uma forma geral.



1 Educação ambiental e o meio social e escolar envolvidos:

Séculos A.C já existia a agricultura e a exploração dos recursos naturais pelas pessoas, principalmente da madeira o qual era utilizada para a confecção de vários instrumentos. No ano de 1.500 se relata a chegada dos portugueses no território nacional, causando assim um grande marco ao início da devastação das nossas florestas, ao contrabando de nossos recursos naturais, e a exploração predatória do Pau-Brasil. Em meados do século XIX começou a surgir uma preocupação com o meio ambiente e sua preservação. Nessa época o governo lançou a Lei 601, onde proíbe a exploração florestal em terras descobertas, sendo essa lei ignorada e ocorrendo a devastação em massa das florestas para o cultivo do café (DIAS, 2003).

O século XX é marcado por conferências, eventos, elaboração de projetos, manifestações estudantis, criação de associações e o surgimento de diversas organizações em favor da proteção do meio ambiente. Nessa mesma época foi elaborado o código florestal brasileiro e todo um aparato legal e social voltado para a preservação e conservação dos recursos naturais em todo território nacional.

Com o passar dos anos foram acontecendo diversos movimentos sobre a Educação Ambiental- EA, como a Conferencia de Moscou, a Conferência do Rio de Janeiro, onde surgiram tratados importantes e que estão em vigor atualmente. Mas foi á partir da década de 80 e 90 que as pessoas passaram a ter mais conhecimento sobre a EA. (CARVALHO, 2006).



É inerente o jogo de forças entre os grupos sociais. A maior parte das pessoas conhece a realidade da crise ecológica que o planeta está sofrendo, mas são totalmente dependentes do capitalismo, do domínio, e da exploração dos recursos naturais de maneira não sustentável como explica Guimarães (2003):

A dominação faz parte da lógica desse modelo de sociedade moderna e é esse modelo que apresenta como caminho o crescimento econômico baseado na extradição ilimitada de recursos naturais, renováveis ou não, na acumulação contínua de capitais, na produção ampliada de bens, sem considerar as interações entre essas intervenções e o ambiente que se realizam.

Existe ainda outro grupo que representa a minoria, ou seja, possui uma consciência ambiental saudável e procura elaborar ações sociais e coletivas para a preservação do planeta e a exploração dos recursos naturais de maneira equilibrada. Entre esses dois grupos atua o governo como criador das leis, direitos, e deveres de todos perante aos recursos ambientais disponíveis. Ou ainda, é possível contemplamos um governo que estimula mais e mais o consumo, diminuindo taxas de impostos que são abusivas e oferecendo boas condições para a compra e exploração de recursos ambientais, aumentando assim a produção nas indústrias e gerando mais renda ao país.

A mídia de uma maneira generalizada oferece através de propagandas, noticiários, outdoors, panfletos, campanhas educativas televisivas, de rádio e cibernéticas, informações de preservação e conservação da natureza e do meio ambiente. Diante a essa realidade é preciso analisar a outra face da mídia, que,



além da conscientização ambiental, induz veemente a obtenção de produtos. Sobre o assunto, Dias (2003) comenta:

O consumo é estimulado pela mídia – especialista em criar ‘necessidades desnecessárias’ -, tornando as pessoas amarguradas ao desejarem ardentemente algo que não podem comprar, sem perceber que viveriam muito bem sem aquele objeto de consumo.

Em 1977 foi instaurado um acordo entre o MEC e a SEMA- Secretaria Especial do Meio Ambiente, promovendo um marco ao campo de ensino sobre o meio ambiente em vários níveis de escolarização. Foi implantando a criação de vários cursos voltados para a área ambiental nas universidades, estabeleceu-se a disciplina de Ciências Ambientais em vários cursos da graduação, e foi instituída uma política para a conscientização de professores e alunos da rede regular de ensino (DIAS, 2003).

Segundo Dias (1992), a Educação Ambiental é um processo no qual o indivíduo aprende o funcionamento do meio ambiente, de que forma o prejudica, como depende dele para viver, e de que forma poderá promover a exploração de áreas ou o uso de recursos naturais sem danificá-lo. O mesmo autor conceitua a EA em outra obra, “como uma dimensão do processo educativo voltada para a participação de seus atores, educandos e educadores, na construção de um novo paradigma”. Isso significa, que de uma maneira equilibrada e consciente, a relação entre professor e aluno pode propiciar novos conhecimentos que visam à construção uma relação consciente entre sociedade e o meio ambiente.



A EA está dentro do processo educativo como um todo e oferece espaço a diálogos e discussões que provocam a elaboração de novas ideias e esclarecimento sobre o contexto social, político e econômicos que permeiam o meio ambiente. A dinâmica da institucionalização da EA, ou seja, a escola tem o papel de provocar uma EA crítica, onde o educando não só recebe conhecimentos, mas é capaz de compreender a situação em suas variadas dimensões e intervir como agente nos problemas e conflitos ambientais.

2 Educação de Surdos:

Durante décadas os Surdos tiveram experiências de sofrimento, desde massacres, torturas e derrotas até a mais recente, e, talvez, a que mais feriu esses indivíduos, a indiferença. O campo educacional foi o mais conturbado pelo “descaso” ou “acaso” das filosofias educacionais adotadas no processo de ensino desses indivíduos.

O oralismo, filosofia adotada durando muitos anos e fundamentada na fala, constrangeu, e de certo modo, impediu que os Surdos tivessem a liberdade de se expressarem como veem o mundo, visualmente. Após o oralismo, a comunicação total foi aderida em vários países e o Brasil foi um deles. Essa filosofia focava na comunicação independente da maneira como seria transmitida (por gestos, mímicas, oral, LIBRAS...). Atualmente a inclusão permeia na educação como uma corrente alternativa de agregação das deficiências junto aos ditos “normais”. Amparada



legalmente, seus princípios são baseados na interação social do indivíduo especial, respeitando suas individualidades linguísticas e o processo de ensino aprendizagem específicos para cada deficiência. O bilinguismo é a proposta mais esperada pelos Surdos, já em funcionamento em alguns estados brasileiros, é pautado no ensino dos conteúdos por intermédio da L1 do Surdo, a LIBRAS, e o português escrito como L2.

A LIBRAS foi oficializada como língua natural do Surdo pela lei 10.436 de 22 de abril de 2002, sendo firmada como a maior representação da conquista cultural da comunidade surda.

Várias dificuldades podem interferir no desenvolvimento da linguagem dos Surdos, como por exemplo: a época de surgimento da surdez, a gravidade da perda auditiva, o tempo em que procurou ajuda médica, e a contribuição da família para o desenvolvimento de suas características socioculturais, emocionais e cognitivas. Os autores Caselli e Volterra (apud LODI; LACERDA, 2009) concluíram em suas pesquisas que o processo de aquisição de linguagem em crianças Surdas se contempla da mesma forma em crianças ouvintes “o que irá determinar o desenvolvimento são as relações que elas estabelecem com interlocutores usuários da língua”.

O poder público garante que a educação de Surdos deve ocorrer por intermédio de tradutores e intérprete da Língua de Sinais- Língua Portuguesa, e de classes bilíngues, ou seja, “aquelas em que a LIBRAS e a modalidade escrita do



português sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo” (Decreto nº 5.626/05). Dessa forma, todas as disciplinas, inclusive a de EA deve ser transmitida aos Surdos por intermédio da LIBRAS e Língua Portuguesa.

3 O surdo e a educação ambiental:

A EA formal e não formal deve ser oferecida a todos independente de qualquer fator que caracterize o indivíduo como “diferente” ou deficiente. A educação formal é um processo aplicado nas instituições de ensino seguindo uma estrutura pedagógica, e a informal é aquela realizada e absorvida fora das unidades escolares e acadêmicas, ou seja, no meio social e familiar. A lei 9.795/99 determina que a transmissão de valores e conceitos de conscientização ambiental, preservação, conservação do meio ambiente, qualidade de vida e sustentabilidade, não se destinam somente a escola, mas ao poder público e a toda esfera social.

À proporção em que Surdos e ouvintes recebem informações sobre a importância de preservar o meio ambiente, e as coloca em prática EAC- Educação Ambiental Crítica, estará aprendendo a preservar algo que é primordial para a vida presente e de futuras gerações. A formação da consciência de preservar o meio ambiente é algo que se cria espontaneamente no indivíduo, e não que se impõe.



Pensar em EA significa refletir numa educação voltada para a sensibilização e mudanças no modo de viver nesse mundo globalizado. A EA proporciona pensar nas perspectivas das futuras gerações, com ideias inovadoras que permitem formar um cidadão crítico reflexivo, participativo e apto a tomar decisões e contribuir para o desenvolvimento das ações humanas.

O Surdo como sujeito ativo e participante da sociedade, deve assim como os demais integrantes estabelecer a “incorporação” do meio ambiente nas práticas cotidianas. A natureza não é desvinculada do ser humano porque as pessoas vivem, usufruem e compartilham 100% dos recursos naturais, começando pelo ar como requisito para sobrevivência. É necessário um contato direto da realidade complexa de processos de conservação do meio ambiente nos aspectos sociais, políticos e econômicos, trazendo uma compreensão do mundo e da qualidade de vida da geração vindoura. O próprio meio ambiente oferece condições alternativas para a construção de um mundo sustentável.

4 Procedimentos metodológicos:

Uma vez que o objetivo era reconhecer a visão e a consciência sobre EA do Surdo ao ingressar no ensino superior, recorreu-se primeiramente à revisão bibliográfica sobre a EA no convívio social e escolar de alunos ouvintes, e posteriormente, o foco passou a ser o Surdo. A pesquisa foi realizada no segundo



semestre de 2013 e contou com a participação de nove alunos Surdos de diferentes períodos do curso de Letras: Libras, da Universidade Federal de Goiás.

A segunda etapa da pesquisa consistiu na elaboração de um questionário com seis perguntas discursivas sobre o tema. O questionário abordava questões sobre o estudo do meio ambiente no permeio escolar e social, interferências da família no processo de conscientização ambiental, dificuldades com o tema explanado, e possíveis interferências no processo linguístico que os conhecimentos ambientais são transmitidos aos Surdos. Os entrevistados foram questionados separadamente para que as respostas dos mesmos não interferissem na opinião dos colegas. As perguntas foram feitas uma de cada vez e na ordem estabelecida pelo questionário. Utilizou-se a LIBRAS na aplicação das perguntas, uma vez que é a língua natural dos Surdos, dando mais liberdade para que os indivíduos pudessem se expressar.

Na terceira etapa da pesquisa foi realizada uma análise da filmagem feita na coleta de dados e posteriormente todo conteúdo foi traduzido para o português, fazendo o uso da transcrição livre. Adiante fez-se uma análise descritiva dos depoimentos, evidenciando as respostas que mais se destacaram com o suporte teórico disponível na literatura referente ao tema proposto.



5 Resultados e discussões:

A primeira pergunta do questionário aplicado foi sobre o estudo da educação e preservação ambiental na escola. Em primeiro lugar, essa pergunta foi motivada pela obrigatoriedade da presença do tema no currículo escolar. A lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 estabelece no art. 10º a seguinte afirmação: “A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal”. A segunda causa foi instigada pela transmissão dos conteúdos, ou seja, o assunto EA e preservação do meio ambiente têm chegado ao Surdo presente na escola? Será que ele está sendo “convidado” a participar desse tema como os demais alunos?

Todas as respostas dos entrevistados foram positivas nessa questão. A maior parte disse já ter estudado na disciplina de ciências, biologia e geografia, um disse já ter praticado aula de campo para o reconhecimento das plantas, e alguns ainda explicaram detalhes das aulas oferecidas. Dois participantes relataram a ausência do interprete em sala no momento da explicação do conteúdo, não tendo o aproveitamento desejado do ensino.

A segunda questão perguntava se o sujeito já havia recebido algum tipo de panfleto ou informação sobre EA na rua, e se de fato conseguiu entender a proposta do informativo. A maioria dos entrevistados disse já ter recebido, mas não conseguiu entender claramente a proposta, exceto quando faziam a ligação de algumas



palavras com as imagens, ou quando recorria posteriormente à ajuda de familiares e intérpretes devido ao vocabulário e complexidade da Língua Portuguesa. Alguns disseram nunca ter recebido esse tipo de informação, e somente dois conseguiram ler e entender a proposta sem ajuda de terceiros.

A terceira pergunta está ligada ao envolvimento da família no processo de EA. Bonachela e Marta (2010) comentam:

Não se trata a Educação Ambiental de um tipo especial de educação, mas sim de um processo longo, contínuo e participativo de aprendizagem e de desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental, bem como de uma filosofia de vida e de trabalho, de um estado de despertar em que todos, família, escola e sociedade, devem estar envolvidos.

Quase todos os participantes deram respostas positivas nessa questão, somente dois Surdos disseram nunca ter recebido esse tipo de orientação no ambiente familiar. Foi interessante observar que quando os entrevistados eram interrogados sobre a presença da família nesse processo de ensino, grande parte voltaram suas respostas a cuidados rotineiros de preservação das plantas em casa, e não com uma visão ampla de preservação do meio ambiente.

Um dia minha mãe foi viajar e mandou que eu vigiasse as plantas dela. Ela me pediu para aguar as plantas todos os dias, e assim eu fiz (S1).

Antigamente dentro da minha casa tinha um pé de abacate, mas teve que cortar para construir, mas minha mãe nunca me disse nada (S2).



Teve ainda um candidato que lamentou a falta desse tipo de ensino devido às dificuldades de comunicação com a família.

Sobre esses assuntos mais complexos como o meio ambiente, eu lembro remotamente de alguma coisa, a minha comunicação com minha família era muito difícil. Minha mãe não sabia LIBRAS e usava só mímicas e gestos (S6).

Quadros (1997) expõe sobre a relação entre crianças Surdas filhas de pais Surdos, e crianças Surdas filhas de pais ouvintes. Na segunda opção, a comunicação entre pais e filhos pode ser bastante conturbada. A autora diz que “mesmo quando os pais usam algum tipo de comunicação gestual, usam-na somente com a criança, pois é um sistema criado em função da criança nascida deficiente”. A distância linguística dentro de uma família pode ser muito grande, e na maioria das vezes tenta ser suprida com a presença de mímicas ou gestos caseiros, como citado pelo participante S6.

A quarta questão trata da dificuldade do surdo em se relacionar com o tema da EA, práticas de preservação e conservação da natureza. Quase todos os indivíduos disseram ter dificuldades com esse tema, e mais da metade relacionaram as barreiras a questão linguística. Somente um entrevistado disse não ter dificuldades.

Mais ou menos, porque às vezes os professores me ensinavam as regras da educação ambiental, por exemplo, que é proibido jogar lixo na rua, e eu lia aquilo, mas não entendia direito (S2).

Depende, se for relacionado com as palavras, com o vocabulário desse assunto eu acho complicado. Realmente os surdos não entendem (S6).



Depende, às vezes sim. Quando tenho dúvida sempre pergunto ao intérprete ou ao professor. Tenho um pouco de dificuldade com as palavras (S7).

Se alguém me explica em LIBRAS, consigo entender claro, se não, acho difícil (S8).

A política da Inclusão Educacional infelizmente tem um foco maior na inclusão social do Surdo do que na área da educação, deixando de lado um dos aspectos mais importantes, o letramento desse indivíduo. Sobre a construção do letramento, Guarinello (2005) diz que os aspectos discursivos são deixados de lado nesse momento, é repassado apenas palavras soltas, propondo em geral estratégias inadequadas. Sobre esse assunto, Botelho (2010) fala que essa “dificuldade” é causada devido à maneira com que a escolarização tem se voltado para a construção do letramento nos Surdos. A oralidade e a escrita são modalidades do português, mas a forma oral é apontada como base das relações no ambiente escolar, e sem dúvida, isso tem prejudicado o Surdo falante da Língua de Sinais.

A quinta pergunta, acredito que seja a mais relevante da pesquisa, uma vez que só é possível ser um preservador e defensor do meio ambiente o indivíduo que tem consciência da importância do processo ambiental, e que além de tudo, seja um agente nesse ação. A questão foi a seguinte: “Você se considera um preservador ambiental? Que ações cotidianas você desenvolve para isso?”.

As maiorias dos participantes acreditam não ser um preservador ambiental e não exercem nenhuma prática para isto. Destacam-se:



Não, eu acho que não cuido bem da natureza (...). Eu não faço coleta seletiva, não economizo água e o máximo que faço, é jogar água nas plantas (S6).

Não, acho que seria uma mentira eu dizer que cuido. Eu nunca matei uma árvore, mas também não separo o lixo (...)(S8).

Não. Eu tento ser educada, mas, por exemplo, se não houver uma lixeira na rua, eu joga no chão mesmo (S9).

Teve ainda duas entrevistadas que se sentem preservadoras ambientais somente “às vezes”.

Às vezes. As pessoas cortam as árvores e isso é ruim, pois impede a renovação do ar. Eu evito gastar água e faço a separação do lixo (S4).

Depende, às vezes. Eu sei que preciso cuidar, mas às vezes eu penso que posso deixar para depois, ou ainda, que não preciso cuidar naquele momento. (S7).

Dois participantes da pesquisa disseram cuidar bem, mas não citaram práticas que eram condizentes à afirmação.

Eu acho que sou um bom preservador ambiental sim. Por exemplo: se as pessoas insistirem no desmatamento será muito prejudicial á saúde por causa do ar, da respiração, elas vão ter que ficar frequentando o médico se continuar o desmatamento (S2).

Eu acho que cuido bem sim (S3).



O processo de formação da consciência ambiental nos Surdos, ou em ouvintes, é construído com o passar do tempo. Carvalho (2006) explica sobre a formação do sujeito consciente ideal:

O ideal de ser e de viver em um mundo ecológico vai e constituindo como um parâmetro orientador das decisões e escolhas de vida que os ecologistas, os educadores ambientais e a pessoas que aderem a esses ideais vão assumindo e incorporando, buscando experimentar em suas vidas cotidianas essas atitudes e comportamentos ecologicamente orientados.

Ou seja, será que os Surdos estão assumindo, incorporando e buscando ações e estilo de vida ecologicamente orientados? De acordo com as respostas obtidas nessa questão é visível que não, será por quê?

A sexta e ultima questão pede a opinião dos próprios sujeitos Surdos para que mudanças ocorram e o conhecimento ambiental chegue até eles de forma mais adequada, entendível: “Qual seria a forma mais correta de conscientizar o Surdo da preservação ambiental?”.

Todos os participantes focaram mudanças no aspecto linguístico para repassar as informações sobre EA e preservação do meio ambiente. Destacam-se:

Eu acho que é possível sim que isso aconteça, mas, por exemplo: minha mãe queria falar disso comigo oralmente e assim não dá, acontece um choque de comunicação. Se a conscientização for em LIBRAS, por exemplo, falar sobre a importância de não jogar lixo na rua, de cuidar das plantas, é possível que haja um esclarecimento(...). Se a linguagem usada for um texto pesado em português, não consigo entender. Uma vez fui a um congresso e lá explicava essas questões de ciências, de árvores, eu li um panfleto que eles me entregaram



e não consegui entender nada. Lembro que tinha uma palavra que era S-U-S-T...não lembro mais. Não entendi nada daquilo porque não sabia o significado daquelas palavras...(S1).

Eu acho que é preciso que os surdos abram suas mentes para esse assunto(...). Parece que alguns surdos não querem aprender sobre isso, eles não se importam com esse assunto, não estão preocupados com isso(...). Se tiver intérprete, o surdo consegue entender e abrir sua mente. Ele terá a chance de conhecer os significados das palavras e interessará em cuidar das árvores. Se for utilizado uma imagem qualquer ou um desenho, anexando assim a escrita, ficará mais fácil. Quando não tem desenho nenhum, parece que o surdo lê, mas ele não sabe nada daquilo que está dizendo e acaba desistindo de continuar com aquele papel (S2).

O português acho mais difícil, seria melhor a LIBRAS mesmo e as imagens. O português é muito difícil (S3).

Os surdos não tem consciência sobre esse tema. Por exemplo, quando se ensina isso em geografia, ciências ele tem a barreira do português (S4).

Há falta informação por parte dos surdos sim. É preciso que esse assunto seja oferecido aos surdos, pois é de extrema importância, acredito. É preciso palestras e outros tipos de informações para que esse assunto seja transmitido aos surdos, só assim todos vão entender e abraçar a causa. A LIBRAS facilitaria bastante esse processo (S7).

Na rua, às vezes estou andando e vejo um outdoor com uma mulher jogando o lixo no lixo, eu paro e fico olhando, acho que devo pegar aquilo pra mim, devo copiar o exemplo dela (...). Se houvesse um intérprete na TV os surdos entenderiam tudo visualmente, com mais clareza, e abraçaria essa responsabilidade (S8).



Uma pesquisa nacional realizada no ano 2012 pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA constatou que a consciência ambiental da população em geral aumentou. Ainda há algumas dificuldades nesse aspecto, como por exemplo: a falta da coleta seletiva, a consciência popular que o responsável pelas questões educacionais é o governo, e o descarte errado de alguns produtos. Se no meio ouvinte houve um aumento significativo da consciência de se preservar a nossa natureza, porque não seria possível que entre os surdos também houvesse essa evolução?

6- Considerações finais:

A escolha do tema do trabalho foi audaciosa por se tratar de um estudo inédito concernente à educação de Surdos na modalidade universitária, havendo praticamente a inexistência de dados e teoria a ser pesquisada. Em primeira instância, esse tema causou um estranhamento entre os Surdos no momento da coleta de dados, acredito que isso tenha acontecido justamente por ainda não ser uma área muito explorada. Foi interessante observar a percepção inicial dos Surdos quando interrogados sobre o tema, onde a maior parte das respostas iniciais foram restritas a cuidados caseiros de plantas e a questões concernentes ao descarte de lixo. Foi visível a falta de um conceito mais abrangente em nível de preservação do planeta, como por exemplo, o efeito estufa.

Desde a primeira pergunta do questionário o aspecto linguístico foi abordado como uma barreira no aproveitamento do tema. É certo que em alguns Surdos existe



o interesse de dominar o assunto sobre a EA com mais propriedade, e de compreender conceitos e práticas de preservação da natureza, mas a Língua Portuguesa na modalidade oral e escrita não contempla o objetivo, visto a LIBRAS como L1- primeira língua dos Surdos. De acordo com a análise do estudo é possível dizer que infelizmente a maioria dos Surdos não está assumindo o seu papel como protetor ciente e indivíduo crítico dos temas e práticas ambientais, não buscando assim ações e estilo de vida ecologicamente corretos.

O fato dos Surdos terem que recorrer a ajudar de terceiros rotineiramente para a compreensão do assunto, de certa forma, parece desestimular a curiosidade sobre o conteúdo. A Língua de Sinais e a utilização de imagens para a explanação do tema foi uma solução sugerida pelos próprios surdos, e sem dúvida, acredito ser a principal saída para o problema. É preciso que os olhos da sociedade estejam abertos em primeiro lugar, para a educação de uma forma geral, que atualmente enfrenta uma crise de preocupações voltadas apenas para índices de aprovações, e “finge” investir na qualidade do ensino.

A questão do domínio a Língua Portuguesa como L2 aos Surdos precisa ser trabalhada de forma correta e muito séria nas escolas ditas “inclusivas”, onde acredita que por ter (quando há) a presença do intérprete em sala, está exercendo a inclusão de maneira plena e correta. Essa política não utiliza metodologias específicas para o ensino do português como L2, visto a maioria ouvinte e usuária do português como L1. É promovida uma falsa inclusão, mais conhecida como interação entre surdos e ouvintes, uma vez que esse sujeito se sente como um



estrangeiro e tem a obrigação de acompanhar os colegas ouvintes e atenderem as exigências da escola, deixando-os a margem do conhecimento (DAMÁZIO, 2005), (DOUGHERTY, 2011). O domínio da escrita de uma língua é fundamental na vida de uma pessoa, visto que se trata de um importante canal de comunicação. Os Surdos precisam dominar a escrita do português, e para que isso aconteça, sem dúvidas, é necessário ser feita uma análise e revisão da política inclusiva das escolas de ensino regular.

A EA é um aspecto importantíssimo na educação brasileira, incluindo também a educação de Surdos. O Surdo tem o direito legal de usufruir dos conhecimentos em sua língua materna (LIBRAS), e não deve ser passivo a essa situação de descaso linguístico, onde todas as formas de relação com tema é oferecido somente pelo canal da Língua Portuguesa. A missão de salvar o planeta deve ser feita por todos, e quando digo todos, os Surdos fazem parte.

Uma implicação desse trabalho foi o momento da aplicação do questionário, pois era necessário repetir uma dada questão por várias vezes, partindo sempre de exemplos simples para o entendimento da pergunta pelo Surdo. Contudo, o estudo da consciência do sujeito Surdo referente aos temas ambientais construídos ao longo de vida, poderá ser útil a professores do tema, a família que não pode se ausentar na educação de seus dependentes, e a sociedade que deve acolher e respeitar a comunidade surda como parte da cultura brasileira. Sugiro que mais pesquisas possam ser desenvolvidas nessa área, promovendo assim a expansão da problemática e desencadeando opções de saída ao problema.



REFERÊNCIAS:

- AZEVEDO, Ana Célia Alves de. A educação ambiental e sua aplicação na substituição da pena nos crimes ambientais: um estudo de caso. Thesis, São Paulo, ano V, v. 9, p. 56-65, 2008.
- BONACHELA, Daniela Pinheiro; MARTA, Taís Nader. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM IMPORTANTE PAPEL DA FAMÍLIA. Revista do Direito Público, Londrina, v. 5, n. 3, p. 236-253, nov. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/view/7562>>. Acesso em: 01 Dez. 2013.
- BOTELHO, P. *Linguagem e letramento na educação de surdos: ideologias e práticas pedagógicas*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- BRASIL. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 14 jun. 2013.
- _____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 14, jun, 2013.
- _____. Ministério do Meio Ambiente. Relatório final - Pesquisa Nacional de Opinião: o que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável. Brasília, DF, 2012. 74 p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/noticias_arquivos/pdf/agosto2012/relatorio%20final_mma%202012.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2013
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação Ambiental: Formação do Sujeito*



Ecológico. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CASELLI, M. C., e VOLTERRA, V. From communication to language in hearing and deaf children. *In*: VOLTERRA, V.; ERTING, C. J. (Eds.). From gesture to language in hearing and deaf children. Washington, 1994. p. 263-277. *In*: LACERDA, C.B.F. e LODI, A.C.B. Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e Língua de Sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009.

DAMÁSIO, A. O mistério da consciência. *In*: GUMES, Susan Mara Lacerda. Construção da conscientização sócio-ambiental: formulações teóricas para o desenvolvimento de modelos de trabalho. Paidéia, Ribeirão Preto, v. 15, n. 32, dez. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103863X2005000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 3 dez. 2013

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. *Educação escolar inclusiva para pessoas com surdez na escola comum*: questões polêmicas e avanços contemporâneos. Icone, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 105-116, 2005.

DIAS, G. F. *Educação Ambiental*: princípios e práticas. 8 ed. São Paulo: Gaia, 2003.

DOUGHERTY, Lucia Maria Nunes. A inclusão exclusiva do sujeito surdo. *Revista Uniletras*, Ponta Grossa, v. 33, n. 2, p. 225-235, 2011.

GUARINELLO, A.C. *As produções escritas de sujeitos surdos*. *Revista Letras*, Curitiba, n. 65, p. 135-151, 2005.

GUIMARÃES, M. *A dimensão ambiental da educação*. Campinas: Papirus, 1995.

LOUREIRO, C.F.B. *Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.



MINAYO, M. C. *Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social*. In: _____. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, p. 09-30, 2001.

MININI, apud DIAS, G. F. D. *Educação Ambiental: Princípios e práticas*. São Paulo: Gaia, 2000.

QUADROS, R. M. de. *Educação de Surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SKLIAR, Carlos (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2005.

Nota: Artigo apresentado ao Instituto Consciência GO e ao Instituto Superior de Educação da Faculdade Delta como Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Docência Universitária, sob a orientação da professora Ms. Isabel Ana de Moraes.

Identificação das Autoras:



MEIRE NUNES DE SOUZA ALMEIDA

Graduada em Pedagogia; Especialista em LIBRAS, Formação de Recursos Humanos; Psicopedagogia Institucional e Clínica e Docência Universitária.
E-mail: meirensalmeida@hotmail.com



THAYSA DOS ANJOS SILVA ROMANHOL

Graduada em Letras: Libras pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS- UFG; Especialista em Docência Universitária e Professora Substituta do Curso de Letras / Libras da UFG.
E-mail: thaysa.anjos@hotmail.com